

DIREITOS DO INDIVÍDUO NO REGULAMENTO DA IA: OS DIREITOS DE APRESENTAR RECLAMAÇÃO E DE EXPLICAÇÃO SOBRE AS DECISÕES INDIVIDUAIS

*INDIVIDUAL RIGHTS IN THE AI ACT: THE RIGHTS
TO COMPLAIN AND TO AN EXPLANATION OF THE
DECISION-MAKING PROCESS IN INDIVIDUAL CASES*

GERRIT HORNING

Professor de Direito Público, Direito da Tecnologia da Informação e Direito Ambiental na Universidade de Kassel, Alemanha. Diretor do Wissenschaftliches Zentrum für Informationstechnik-Gestaltung (ITeG).
gerrit.horning@uni-kassel.de

TRADUÇÃO E NOTAS POR:

FABIANO MENKE

Doutor em Direito pela Universidade de Kassel, Alemanha. Mestre em Direito e Especialista em Direito Internacional pela UFRGS. Professor Associado de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Advogado.
fabiano@menkeadvogados.com.br

VICTORIA PAGANELLA

Doutoranda em Direito Público, Direito da Tecnologia da Informação e Direito Ambiental pela Universidade de Kassel, Alemanha. Bolsista do Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD). Mestre em Direito pela UFRGS.
v.paganella@uni-kassel.de

Recebido em: 14.04.2025.

Aprovado em: 17.07.2025.

ÁREA DO DIREITO: Digital; Civil

RESUMO: Enquanto o Projeto de Regulamento da IA da Comissão Europeia praticamente ocultou por completo as posições jurídicas das pessoas afetadas, o texto da norma aprovada traz claramente maior enfoque nesse sentido e introduz,

ABSTRACT: While the Commission's draft AI Act practically completely ignored the legal positions of individuals, the adopted text contains a much stronger focus in this direction and introduces two new individual rights in particular. Given the

em especial, dois novos direitos das pessoas afetadas. Considerando a relevância dos direitos fundamentais para muitos sistemas de IA, tal medida é salutar; contudo, sua implementação prática leva a novos questionamentos tanto na sistemática interna do Regulamento da IA quanto em relação ao RGPD.

PALAVRAS-CHAVE: Regulamento da IA – Direitos do indivíduo – Direito de apresentar reclamação – Direito de explicação sobre as decisões individuais – Inteligência artificial.

relevance of many AI systems to fundamental rights, this is to be welcomed; however, the concrete implementation raises new questions both within the internal system of the AI Act and in relation to the GDPR.

KEYWORDS: AI Act – Individual rights – Right to complain – Right to an explanation of the decision-making process in individual cases – Artificial Intelligence.

SUMÁRIO: Contexto introdutório. 1. Processo legislativo. 1.1. Posição do Parlamento Europeu. 1.2. Trílogo. 2. Avaliação. 2.1. Direito de “apresentar reclamação” (Art. 85 R-IA). 2.2. Renúncia a remédio jurídico específico contra a conduta da autoridade de supervisão. 2.3. Direito a explicações sobre as decisões individuais. 2.3.1. Âmbito de aplicação. 2.3.2. Requisitos do suporte fático. 2.3.3. Consequências jurídicas: deveres pouco claros do responsável pela implantação. 2.3.4. Regras concorrentes. Conclusão. Referências bibliográficas.

CONTEXTO INTRODUTÓRIO

O¹ Regulamento da IA (R-IA), que foi aprovado na primeira leitura do Parlamento Europeu em 13.03.2024 e na terceira leitura pelo Conselho da União Europeia² em 21.05.2024, é a primeira regulamentação abrangente do mundo para a

1. Tradução de artigo originalmente publicado em alemão na revista *Datenschutz und Datensicherheit* 8/2024.

Nota dos tradutores: a versão em língua portuguesa do Regulamento da IA não foi adotada integralmente pelos tradutores. Por considerarem mais adequados no contexto brasileiro, alguns verbetes da versão portuguesa foram substituídos por outros termos, como “direito de apresentar queixa” (Art. 85, Regulamento da IA) por “direito de apresentar reclamação” e “autoridade de controlo” por “autoridade de supervisão”.

2. Procedimento 2021/0106/COD; Resolução PE-CONS 24/24 de 14.05.2024; essa versão foi tomada como base doravante. O texto foi produzido no âmbito do Projeto do Ministério Federal de Educação e Pesquisa (Bundesministerium für Bildung und Forschung- BMBF) “Privacidade, democracia e autodeterminação na era da IA e da globalização” (“Privatheit, Demokratie und Selbstbestimmung im Zeitalter von KI und Globalisierung” – PRIDS, FKZ 16KIS1378) e foi financiado pela Fundação Alemã de Pesquisa (Deutsche Forschungsgemeinschaft – DFG) (DFG-GRK 2050: Privacidade e Confiança para usuários de telefones móveis – “Privatheit und Vertrauen für mobil Nutzende”, projeto 251805230).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÄCKER, Matthias. *Art. 13 DSGVO Informationspflicht bei Erhebung von personenbezogenen Daten bei der betroffenen Person*. In: KÜHLING, Jürgen; BUCHNER, Benedikt. 3. ed. Munique: C.H. Beck, 2020. Rn. 54.
- BIBAL, Adrien; LOGNOUL, Michael; DE STREEL, Alexandre; FRÉNAV, Benoît. *AI and Law*, v. 29, 2021. p. 149.
- BOMHARD, David; MERKLE, Marieke. *Europäische KI-Verordnung. Der aktuelle Kommissionsentwurf und praktische Auswirkungen RDi*, n. 6, 2021. p. 276.
- BREYER, Patrick. *Proposal for a Regulation Of The European Parliament And Of The Council Laying Down Harmonised Rules On Artificial Intelligence (Artificial Intelligence Act) And Amending Certain Union Legislative Acts 2021/0106(COD)*. 2024. Disponível em: [www.patrick-breyer.de/wp-content/uploads/2024/01/AIAct_final_four-column21012024.pdf].
- BUSCH, Christoph. *Algorithmic Accountability*, ABIDA Gutachten, 2018. p. 56.
- BUTT, Junaid Sattar. *Analytical Study of the World's First EU Artificial Intelligence (AI) Act*, 2024. *IJRPR*, v. 5, n. 3, 2024. p. 7343.
- COBBE, Jennifer; SINGH, Jatinder. *Reviewable automated decision-making. CLSR*, v. 39, 2020. p. 105475.
- DELLERMANN, Dominik; EBEL, Philipp; SÖLLNER, Matthias; LEIMEISTER, Jan Marco. *Hybrid intelligence. Business & Information Systems Engineering*, v. 61, p. 637-643, 2019.
- DIX, Alexander. *Art. 13 DSGVO Informationspflicht bei Erhebung von personenbezogenen Daten bei der betroffenen Person*. In: SIMITIS, Spiros; HORNUNG, Gerrit; SPIECKER GEN. DÖHMANN, Indra (Coord.). *Datenschutzrecht*. 2. ed. Baden-Baden: Nomos, 2025. Rn. 17.
- EBERS, Martin; HOCH, Veronica; ROSENKRANZ, Frank; RUSCHEMEIER, Hannah; STEINRÖTTER, Björn. *Der Entwurf für eine EU-KI-Verordnung: Richtige Richtung mit Optimierungsbedarf. RDi*, n. 11, 2021. p. 528.
- EBERT, Andreas; SPIECKER GEN. DÖHMANN, Indra. *Der Kommissionsentwurf für eine KI-Verordnung der EU: Die EU als Trendsetter weltweiter KI-Regulierung. NVwZ*, n. 16, 2021. p. 1188.
- FEUERSTACK, Daniel; BECKER, Daniel; HERTZ, Nora. *Die Entwürfe des EU-Parlaments und der EU-Kommission für eine KI-Verordnung im Vergleich: Eine Bewertung mit Fokus auf Regeln zu Transparenz, Forschungsfreiheit, Manipulation und Emotionserkennung. ZfDR*, n. 4, 2023. p. 421.

- FRANCK, Lorenz. Art. 13 DSGVO Informationspflicht bei Erhebung von personenbezogenen Daten bei der betroffenen Person. In: GOLA, Peter; HECKMANN, Dirk. *Datenschutz-Grundverordnung – Bundesdatenschutzgesetz*. 3. ed. 2022. Rn. 31.
- GEMINN, Christian. Die Regulierung Künstlicher Intelligenz: Anmerkungen zum Entwurf eines Artificial Intelligence Act. *ZD*, n. 7, 2021. p. 354.
- GUCKELBERGER, Annette. *Öffentliche Verwaltung im Zeitalter der Digitalisierung*, 2019.
- HACKER, Philipp. *Comments on the Final Trilogue Version of the AI Act*, 2024. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4757603].
- HACKER, Philipp. Ein Rechtsrahmen für KI-Trainingsdaten. *ZGE*, v. 3, 2020. p. 239.
- HACKER, Philipp. Immaterialgüterrechtlicher Schutz von KI-Trainingsdaten. *GRUR*, n. 10, 2020. p. 1025.
- HACKER, Philipp; KRESTEL, Ralf; GRUNDMANN, Stefan; NAUMANN, Felix. Explainable AI under Contract and Tort Law: Legal Incentives and Technical Challenges. *AI and Law*, n. 28, 2020. p. 415.
- HORNUNG, Gerrit. KI-Regulierung im Mehrebenensystem: Der KI-Verordnungsentwurf und regulatorische Perspektiven der Mitgliedstaaten. *DuD*, v. 46, 2022. p. 561.
- HORNUNG, Gerrit. Trainingsdaten und die Rechte von betroffenen Personen – in der DSGVO und darüber hinaus? In: BMUV; ROSTALSKI, Frauke (Coord.). *Künstliche Intelligenz: Wie gelingt eine vertrauenswürdige Verwendung in Deutschland und Europa?*, Tübingen: Mohr Siebeck, 2022. p. 91.
- KÄDE, Lisa; V. MALTZAN, Stephanie. Die Erklärbarkeit von Künstlicher Intelligenz (KI): Entmystifizierung der Black Box und Chancen für das Recht. *CR*, v. 1, 2020. p. 66.
- KÖRNER, Sven. Kapitel 2.4 Nachvollziehbarkeit von KI-basierten Entscheidungen. In: KAULARTZ, Markus; BRAEGELMANN, Tom (Coord.). *AI und Machine Learning-HdB*. Munique: C.H. Beck, 2020.
- LÜTZ, Fabian. The AI Act, gender equality and non-discrimination: what role for the AI office? *ERA Forum*, v. 25, 2024. [<https://doi.org/10.1007/s12027-024-00785-w>].
- MAHAM, Pegah; KÜSPERT, Sabrina. *Governing General Purpose AI*, Policy Brief der Stiftung Neue Verantwortung, 2023.
- MALGIERI, Gianclaudio. Automated decision-making in the EU Member States: The right to explanation and other “suitable safeguards” in the national legislations. *CLSR*, v. 35, 2019. p. 105327.

- MARTINI, Mario. *Blackbox Algorithmus*. Springer, 2019.
- MARTINI, Mario; HAIN, Jonathan; RUSCHEMEIER, Hannah. Staatshaftung für automatisierte Verwaltungsentscheidungen: künstliche Intelligenz als Herausforderung für das Recht der staatlichen Ersatzleistungen. *VerwArch*, v. 112, 2021. p. 1.
- MUTTACH, Jan-Philipp; LINK, Hendrik. Verarbeitung personenbezogener Daten in KI-Reallaboren nach dem KI-VO-E. *CR*, v. 11, 2023. p. 725.
- O'HARA, Kieron. Explainable AI and the philosophy and practice of explanation. *CLSR*, v. 39, 2020, 105474.
- PANIGUTTI, Cecilia et al. The role of explainable AI in the context of the AI Act. *ACM*, 2023. p. 1139. Disponível em: [<https://dl.acm.org/doi/10.1145/3593013.3594069>].
- ROHLFING, Katharina et al. Explanation as a social practice: Toward a conceptual framework for the social design of AI systems. *IEEE Transactions on Cognitive and Developmental Systems*, v. 13, n. 3, p. 717-728, 2021. DOI: [<https://doi.org/10.1109/TCDS.2020.3044366>].
- ROST, Martin. Künstliche Intelligenz: Normative und operative Anforderungen des Datenschutzes. *DuD*, v. 42, 2018. p. 558.
- ROSTALSKI, Frauke; WEISS, Erik. Der KI-Verordnungsentwurf der Europäischen Kommission. *ZfDR*, n. 4, 2021. p. 329.
- ROTENBERG, Marc. Artificial Intelligence and Democratic Values: The Role of Data Protection. *EDPL*, n. 4, v. 7, 2021. p. 496.
- ROTH-ISIGKEIT, David. Staatshaftungsrechtliche Aspekte des Einsatzes automatisierter Entscheidungssysteme in der öffentlichen Verwaltung. *AöR*, v. 2, n. 145, 2020. p. 321.
- SESING, Andreas. Grenzen systemischer Transparenz bei automatisierter Datenverarbeitung: Umfang und Grenzen der Pflicht zur Bereitstellung aussagekräftiger Informationen über die involvierte Logik. *MMR*, n. 4, 2021. p. 288.
- SPINDLER, Gerald. Der Vorschlag der EU-Kommission für eine Verordnung zur Regulierung der Künstlichen Intelligenz (KI-VO-E) – Ansatz, Instrumente, Qualität und Kontext. *CR*, v. 37, n. 6, 2021. p. 361.
- STEVENS, Jeremy. Datenqualität bei algorithmischen Entscheidungen. *CR*, n. 2, 2020. p. 73.
- SUDMANN, Andreas. On the Media-political Dimension of Artificial Intelligence: Deep Learning as a Black Box and OpenAI. *Digital Culture & Society*, v. 4, n. 1, 2018. p. 181.

- THÖNE, Meik. *Autonome Systeme und deliktische Haftung*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2020.
- UNGER, Sebastian; V. UNGERN-STERMBERG, Antje (Coord.). *Demokratie und künstliche Intelligenz*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2019.
- VALTA, Matthias; VASEL, Johann Justus. Kommissionsvorschlag für eine Verordnung über Künstliche Intelligenz: Mit viel Bürokratie und wenig Risiko zum KI-Standort? *ZRP*, n. 5, 2021. p. 142.
- VOGEL, Paul. *Künstliche Intelligenz und Datenschutz*. Baden-Baden: Nomos, 2022.
- WATTL, Bernhard; VOGL, Roland. Increasing Transparency in Algorithmic-Decision-Making with Explainable AI. *DuD*, v. 42, n. 10, 2018. p. 613.
- WINAU, Mona. Gewährleistung effektiven Grundrechtsschutzes auf Grundlage des Kommissionsentwurfs für eine KI-Verordnung? *ZdiW*, v. 3, n. 1, 2023. p. 14.
- WISCHMEYER, Thomas. *Artificial Intelligence and Transparency: Opening the Black Box*. In: WISCHMEYER, Thomas; RADEMACHER, Timo (Coord.). *Regulating Artificial Intelligence*, Springer, 2019. p. 75.
- WISCHMEYER, Thomas. Regulierung intelligenter Systeme. *AöR*, v. 143, n. 1, 2018. p. 1.



PESQUISA DO EDITORIAL



ÁREA DO DIREITO: Digital; Civil

Veja também Jurisprudência relacionada ao tema

- Destaques do Regulamento de Inteligência Artificial da União Europeia e a proposta brasileira, de Claudia Lima Marques e Laís Bergstein – *RDC* 153/259-272; e
- Impacto da evolução tecnológica no reconhecimento de novos direitos: proteção dos dados pessoais e uso adequado da inteligência artificial, de Marcos José Porto Soares – *RDTEC* 15.

Veja também Legislação relacionada ao tema

- Parlamento Europeu e Conselho da União Europeia, Regulamento 1.689/2024.